

LITORAL DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DE GUADALUPE: DE AMBIENTE NATURAL A ESPAÇO DO TURISMO

RESUMO

Esse artigo apresenta uma reflexão sobre a expansão da função turística na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe e os resultados espaciais no ambiente tornando os seus elementos em objetos de consumo. A APA de Guadalupe localiza-se no Litoral Sul do estado de Pernambuco abrangendo terras de quatro municípios, que abrigam assentamentos rurais, arruados, cidades, agroindústria canavieira, equipamentos turísticos. É uma área de Mata Atlântica, com mangues bem preservados, barreira de corais e um extenso complexo estuarino. O espaço produzido pela expansão do turismo configurou conflitos socioambientais, resultantes das relações estabelecidas entre os produtores do espaço para atender necessidades e interesses, demandando uma gestão adequada para a conservação do ambiente natural e a manutenção da atividade turística.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Espaços Turísticos; Áreas Litorâneas.

COASTAL ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA (APA) OF GUADALUPE: THE NATURAL ENVIRONMENT OF SPACE TOURISM

ABSTRACT

This article focuses on the expansion of the tourism function in the Environmental Protection Area (APA) and the results of Guadalupe spatial environment making its elements into objects of consumption. The APA of Guadalupe is located on the south coast of Pernambuco state lands covering four counties, home to rural settlements, arruados, cities, industrial sugarcane, tourism facilities. It is an area of Atlantic Forest, with well-preserved mangroves, coral reefs and an extensive estuarine complex. The space produced by the expansion of tourism set environmental conflicts resulting from the relationships established between the producers of the space to meet the needs and interests, requiring proper management to conserve the natural environment and maintenance of tourism.

KEYWORDS: Tourism, Tourist Areas, Coastal Areas.

Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, Nov, Dez 2011, Jan, Fev, Mar, Abr, 2012.

Anais do 1º Seminário Nacional de Geoecologia e Planejamento Territorial e do 4º Seminário do GEOPLAN

ISSN 1983-8344

SEÇÃO: *Ponto de Vista*



DOI: 10.6008/ESS1983-8344.2012.001.0001

Vanice Santiago Fragoso Selva

*Universidade Federal de Pernambuco,
Brasil*

<http://lattes.cnpq.br/5125042045756774>

vanice.selva@gmail.com

Recebido: 11/04/2012

Aprovado: 30/04/2012

Avaliado anonimamente em processo de pares cegas.

Referenciar assim:

SELVA, V. S. F.. Litoral da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe: de ambiente natural a espaço do turismo. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, p.8-16, 2012.

INTRODUÇÃO

O processo de artificialização das áreas litorâneas no Brasil e mais especificamente no Litoral da Região Nordeste, no tempo e no espaço, tem se configurado com a dinâmica das relações sociais de produção iniciadas no processo de colonização com a introdução da atividade açucareira. O processo se amplia na medida em que novas áreas eram demandadas para ampliação da produção e do aumento populacional nas áreas urbanas e intensificação da urbanização. Essa ampliação se materializa com o uso dos recursos naturais e com as intervenções do poder público. Como resultado espacial da produção intensificada com a intervenção do poder público executando políticas econômicas e em menor escala políticas sociais com o objetivo de dinamizar a economia e reativar áreas economicamente estagnadas e configuram-se diferenciados espaços com funções definidas atendendo as diferentes demandas das atividades econômicas que são práticas sociais.

Nesse processo toma corpo a política de turismo que destinou recursos para a promoção do turismo nacional e regional, como no caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no Nordeste possibilitando a instalação de infraestrutura turística a partir da década de 1980 desencadeando um processo de expansão do turismo na região concentrando investimentos na faixa litorânea destinados a infraestrutura para atividade valorizando o turismo de Sol e Mar.

Esse processo de expansão do turismo ocorrido na região Nordeste, seguiu a tendência mundial de mudanças, verificadas no plano econômico nas áreas litorâneas favorecido pela ampliação a função turística, a qual, na sua expansão, utiliza elementos do ambiente natural - mares, dunas, lagoas, mangues, restingas, estuários, tornando-os mercadorias e criando espaços turísticos com mudança nos significados dos lugares. É nesse contexto que se pretende neste artigo trazer reflexões de como áreas litorâneas e seus ambientes naturais tem sido apropriado e transformado em espaços turísticos, tendo como principais agentes produtores do espaço, o poder público com a implantação de uma política de turismo, os agentes econômicos e imobiliários e a sociedade na busca de inserção nos arranjos produtivos sem que sejam consideradas restrições ecológicas, sociais, culturais e econômicas, aspectos estes que tem reflexos espaciais como a configuração de problemas e conflitos.

Essas reflexões resultam de observações, realização de entrevista com gestores, pescadores, veranistas, empresários do turismo e pesquisas desenvolvidas no ambiente litorâneo, na busca de entender como se espacializam as práticas realizadas na atividade turística e de experiências de turismo em unidades de conservação. Para atender o objetivo deste artigo, tomase como referência para as reflexões a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, na sua porção litorânea. A escolha da área se dá por ser um espaço de desenvolvimento de experiências com pesquisas, orientações já acumuladas na área com a temática do turismo, de experiência desenvolvida durante a elaboração do Plano de Manejo e formação do Conselho Gestor e da

elaboração do Estudo de Capacidade de Carga e Operacionalização do turismo das praias do Município de Tamandaré, sede da APA de Guadalupe.

A APA de Guadalupe localiza-se no Litoral Sul do estado de Pernambuco, onde estão inseridos os municípios de Barreiros, Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém, os quais apresentam declínio na produção da agroindústria açucareiras nos quais as municipalidades não apresentam estrutura adequada para a gestão ambiental territorial ou para a gestão do turismo (PERNABUCO, 2011).

DISCUSSÕES

Espacialização do Turismo em Áreas Litorâneas

O processo de artificialização¹ de ambientes naturais² ocorre sempre que o homem se utiliza dos recursos ambientais e transforma o espaço de acordo com as suas necessidades, disponibilidade de recursos e de seus interesses. Esse processo tem sido condicionado pela matriz sócio – cultural, pela capacidade tecnológica e pelo poder político e econômico da sociedade moderna resultando em novos espaços que são continuamente construídos e reconstruídos para atender as necessidades e os interesses socioeconômicos.

No Brasil, nas áreas litorâneas, onde se verifica uma elevada densidade populacional e concentração de atividades de pesca, de serviços, indústria, entre outros, o processo de artificialização de ambientes naturais tem se configurado alterando-os com o uso agrícola os solos, construção de pontes, portos e industriais, formação loteamentos, segundas residências, *resorts*, vilas e cidades, implantação de distritos industriais, complexos turísticos. Surgem então, novas formas, novas estruturas e novos processos a exemplo da urbanização, que se apresenta como um dos mais intensos processos nas áreas litorâneas e, o surgimento de problemas e conflitos pelas disputas de poder na apropriação dos recursos e pela subversão de práticas sociais existentes nos lugares.

Considerando as mudanças ocorridas nas áreas litorâneas, a atividade turística que tem se expandido buscando o consumo de ambientes naturais a exemplo das praias, dunas estuários, mangues promove o surgimento de novas atividades econômicas e tem desempenhado um papel fundamental pois na sua dinâmica reverte a ordem dominante de comunidades como por exemplo de pescadores, pequenas vilas e cidades. Na expansão do turismo nas áreas litorâneas, constata Selva (2000) que houve, no processo, uma priorização da atividade turística por esta se mostrar mais rentável que as existentes e a conseqüente substituição e/ou o desaparecimento de

¹ Compreende o espaço físico natural modificado através das relações de forças e de poder que se estabelecem de forma contraditória, transformando a chamada primeira natureza em segunda natureza (SANTOS, 1979).

² Sistema formado por elementos naturais – clima, solo, vegetação, água, animais – cuja dinâmica se produz por vontade e controle da natureza. Pode conter um sistema social formado por uma área cultivada, uma cidade.

atividades tradicionais, como é o caso da pesca artesanal, desmontando toda uma cultura de trabalho cooperativista.

Rodrigues (1999, p. 56), ao se referir a essa dinâmica afirma que o turismo enquanto atividade consumidora de espaço, (...) caracteriza-se pelo uso efêmero do território num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização. Formas e estruturas dominantes assumem novas formas e novas funções sem o devido e necessário planejamento que, aponta para a emergência de estruturas institucionais de gestão ambiental municipal para o ordenamento do espaço turístico³. Antigas práticas como por exemplo a pesca, perde a função local e pescadores passam a incorporar novas atividades requeridas pela atividade turística; tornam-se trabalhadores do turismo. Elementos naturais com funções ecológicas passam a ter usos e função social e econômica. Há, portanto, uma produção espacial onde os interesses dos diferentes atores internos e externos como nativos, usuários intermitentes, empresários, agentes imobiliários do espaço e o poder público tentam defender suas propriedades, ou bens de usos, contrapondo-se aos interesses daqueles que favorecem o valor de troca do espaço, pois o transformam em mercadoria. (CORIOLANO, 2006). É uma produção da totalidade social na medida em que essas mudanças ocorridas são espacialidades, ou seja, são determinadas através das relações de força e de poder por necessidades sociais, econômicas e políticas. Como destaca Selva; Cordeiro; Ben; Pinho (2007, p.5):

No processo de expansão do turismo, o espaço natural é percebido num sentido mercantil e passa a ser reduzido a um empreendimento econômico. Neste cenário, as estruturas sociais tradicionais, como a dos pescadores artesanais, passam a ser encaradas como atrasadas, anacrônicas, inferiores.

No contexto da expansão do turismo, Bissoli (2000), destaca a importância que deve ser dada atenção a restrições ambientais, sociais, culturais e econômicas para o desenvolvimento da atividade turística:

O desenvolvimento turístico de determinado local, descrito por várias fases que constituem o ciclo de vida do turismo, deve ser direcionado e controlado levando-se em consideração certas restrições ambientais, sociais, culturais e econômicas. Sem estas restrições, a atividade turística continuará crescendo de maneira espontânea, provocando impactos negativos. (p.14)

As restrições destacadas pelo referido autor, ao serem consideradas no ordenamento do território com vistas à gestão adequada da atividade turística poderão minimizar os conflitos estabelecidos considerando a participação de comunidades locais nas tomadas de decisão. No Brasil e no âmbito do turismo, a participação social, apesar de ter avançado, ainda é pouco expressiva, principalmente nas ações de turismo. Ao analisar políticas do turismo Araújo (2009) destaca a

necessidade de um alto nível de conscientização política e de mobilização para se alcançar aquilo que um determinado grupo ou comunidade deseja frente à

³ O espaço turístico é entendido como área definida de relações internas e externas que apresenta formas representadas por equipamentos turísticos, função turística, estrutura turística representa por vias de acesso, sinalização e processos sociais, políticos e econômicos que mantêm o funcionamento do turismo. Os espaços turísticos tornam-se competitivos e ameaçadores e a sua produção é determinada por relações sócio espaciais e de poder.

formulação e implementação das políticas públicas ou de quaisquer outras ações que afetem os seus interesses.

Mas para que isto aconteça é necessária a ampliação do conhecimento do corpo técnico de gestores das municipalidades, de membros de conselhos, de representações sociais e de gestores de áreas protegidas para este conhecimento seja articulado com o que determina a Lei de Gerenciamento Costeiro, o Projeto Orla, os planos diretores municipais e discutidas em nível de conselhos de Meio Ambiente e de Turismo.

O turismo na APA de Guadalupe: para pensar a gestão do turismo em áreas litorâneas

O processo de desenvolvimento do turismo na APA de Guadalupe resulta da expansão do turismo nacional, a partir da concepção do Projeto Costa Dourada, do Centro Turístico (CT) de Guadalupe e do PRODETUR-NE. Lançado em junho de 1990, o Projeto Costa Dourada caracterizava-se como um programa de desenvolvimento integrado voltado à dinamização e à consolidação da atividade turística na faixa litorânea de 120 km, abrangendo o Litoral Sul de Pernambuco e Litoral Norte de Alagoas, cujo objetivo era criar uma região de exploração intensiva do turismo, por meio da concepção de polos turísticos dotados da infraestrutura necessária à implantação de megaprojetos hoteleiros e de lazer. Acompanhando a tendência mundial de valorização e conservação do meio ambiente, estes polos seriam instituídos com base no tripé da sustentabilidade - ecológica, econômica e social - pois, a implantação promoveria desmatamento de manguezais e de Mata Atlântica, o desencadeamento de processos de erosão, deslizamentos, aterro de várzeas para a construção de vias de acesso. O Banco Mundial, financiador do projeto, condicionou a implantação, a inclusão de obras de saneamento e de abastecimento de água para as cidades de Tamandaré e Rio Formoso, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA além da criação de uma unidade de conservação. É concebida assim a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, administrada pelo órgão ambiental estadual de Pernambuco, a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH abrangendo parte dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros, totalizando 44.255 ha sendo 31.591 ha em área continental e 12 664 ha em área marítima (CPRH, 1998).

Devido a sua localização na área litorânea, a APA de Guadalupe (Figura 1), possui uma diversidade de ecossistemas representados por Mangue, Mata de Restinga, Estuários que se estende por quilômetros e constituem abrigo para peixes, camarões, ostras e caranguejos e serve de base alimentar para um grande número de famílias dos municípios que compõem a APA; praias com cordões de recifes possuindo importante banco de corais. São estes aspectos ecológicos que servirão de motivo para a criação da unidade de conservação os principais atrativos turísticos que são utilizados como mercadoria necessitando de uma gestão adequada.

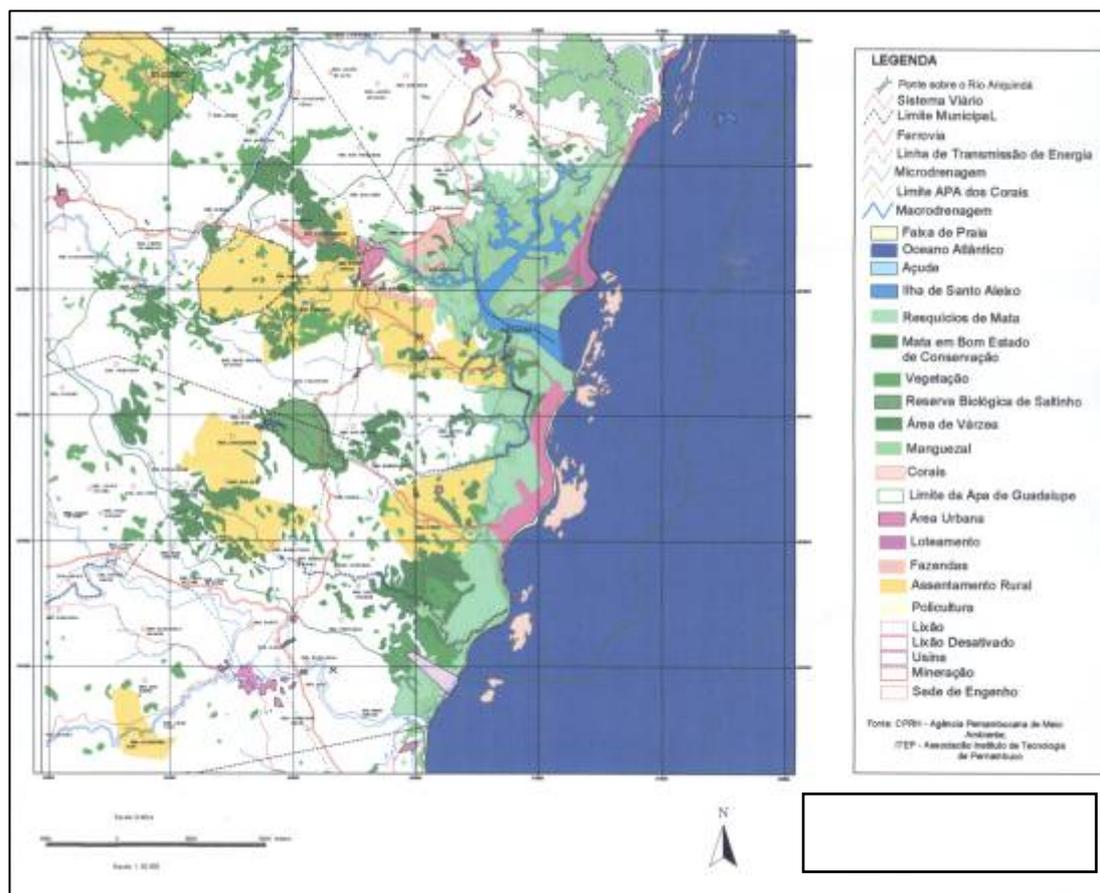


Figura 1: Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe. **Fonte:** CPRH, 1998.

Os municípios abrangidos pela APA de Guadalupe abriga uma população de 123.335 hab. (Tabela 1), sendo o município de Tamandaré o menos populoso e o que mais concentra equipamentos de lazer e turismo. São municípios que tradicionalmente tem sua base econômica sustentada na agroindústria da cana de açúcar, com problemas de concentração de terras, pouca oferta de trabalho além de baixos índices sociais (IBGE, 2010).

Tabela 1: População dos Municípios de Rio Formoso, Sirinhaém, Tamandaré e Barreiros.

Nº	Município	População (Estimativa 2009, IBGE)	Domicílios (IBGE, 2001)	Área (km ²)
1	Rio Formoso	21.815	4.343	240
2	Sirinhaém	38.610	6.749	379
3	Tamandaré	18.999	3.879	190
4	Barreiros	43.911	8.734	233
	TOTAL	123.335	23.705	1.042

Fonte: IBGE, 2010.

O turismo nestes municípios tem se constituído numa atividade que vem conquistando espaço econômico. A expansão do turismo de veraneio e a instalação de equipamentos turísticos promoveram na APA e mais diretamente em Tamandaré uma turistificação do território onde turistas e visitantes encontram lazer, equipamentos que são serviços que a atividade turística requer para a sua reprodução (LIMA; SELVA, 2005) e, moradores locais enfrentam problemas e

situações conflitantes de uso do solo, de acessos, de superpopulação no período da alta estação, inadequação de comportamento da população flutuante.

As práticas turísticas na APA de Guadalupe baseiam-se substancialmente no turismo de sol e mar, com destaque para o veraneio e o turismo náutico. Os principais problemas derivados do Turismo de Sol e Mar observados na porção litorânea e apontados por moradores são a concentração de barracas sem condições adequadas de higiene; deposição inadequada de resíduos na faixa de praia; deficiência de segurança; falta de fiscalização de embarcações que circulam em área onde estão os banhistas e de construções em áreas de faixa de praia. Destacam-se também conflitos de diferentes ordens entre moradores e turistas e veranistas que usam os espaços públicos desconsiderando os moradores locais e conflito entre barqueiros – antigos pescadores - e empresas de turismo que operam na área com oferta de passeios náuticos no estuário do Rio Formoso criando-se territorialidades dos barqueiros e das operadoras.

As áreas de maior intensidade turística na APA de Guadalupe por concentrar equipamentos turísticos (meios de hospedagem, marinas, bares, restaurantes, condomínios de veraneio) são primeiramente a cidade de Tamandaré, parte mais central da faixa de praia da APA seguindo-se das praias do município de Sirinhaém, porção mais norte da área. Entre a cidade de Tamandaré e as praias de Sirinhaém, destaca-se o complexo estuarino do Rio Formoso com intenso uso de embarcações de diferentes portes pra realização de passeios à Praia de Carneiros e visita às piscinas naturais. Nesta área é nítido o desordenamento do turismo náutico sem qualquer controle de tráfego e de uso das áreas das piscinas naturais.

Passeios náuticos, trilhas nos mangues e na mata são ofertados sem que comando e controle por parte dos municípios, que é onde se espacializa o turismo, e, sem controle da unidade de conservação criada para minimizar os impactos do turismo na área destinada à sua expansão, Litoral Sul de Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do turismo nas áreas litorâneas vem se dando de forma acelerada nos diferentes ambientes naturais. Cada vez mais, se observa a tendência da motivação pelo “contato com a natureza”, pelos usos dos recursos ambientais em nome do turismo intensificando a demanda por ambientes que terminam se configurando como áreas degradadas do ponto de vista ecológico como também social.

Nas áreas litorâneas, cujo espaço é geralmente utilizado para o desenvolvimento do turismo de sol e mar, de forma massiva, observam-se mudanças espaciais significativas e uma ingerência do território pela incapacidade técnica e de manejo do poder público municipal de se utilizar de instrumentos de controle, capazes de prevenir consequências negativas da expansão da função turística e de maximizar as esperadas consequências positivas. Há uma intenção em se criar áreas de interesse turístico identificada na definição de políticas para o turismo com

investimentos, mas, na outra face do interesse, há um descompasso entre o proposto e o executado, haja visto a urbanização turística sem os lugares darem conta do atendimento à própria atividade turística para acontecer e das necessidades básicas e de infraestrutura das comunidades receptoras.

O litoral Sul de Pernambuco, com o vasto potencial que a APA de Guadalupe apresenta para o desenvolvimento do turismo e pelos investimentos recebidos ilustra bem as mudanças de espaços naturais em espaços turísticos em função das ações dos agentes produtores do espaço que objetivam consolidar o território no mercado turístico global, implicando no uso intensivo dos recursos.

Diante destas questões, credita-se ser necessário que os municípios e a gestão da APA de Guadalupe desenvolvam um trabalho articulado e integrado, capaz de por em prática um turismo orientado de acordo com o que define, para o uso do espaço pelo turismo, o Plano de Gerenciamento Costeiro, o Plano de Manejo da APA Guadalupe, os Planos Diretores municipais, os Planos de Investimento Municipal (PIM) e o Projeto Orla, estabelecendo parcerias com o trade turístico e organizações sociais locais.

A problemática resultante da atividade do turismo da APA de Guadalupe aponta para o que acontece com a expansão do turismo nas áreas litorâneas. Acredita-se que o ordenamento da atividade deve ter como princípio o planejamento integrado envolvendo interesses e necessidades locais para uma gestão adequada e para a sua sustentabilidade e as municipalidades desempenham um papel fundamental na condução do ordenamento, pois, é ele o ordenador e gerenciador do território onde o turismo acontece. De outra forma vai manter e /ou agravar problemas e conflitos naturais, culturais e econômicas desestabilizando ambientes naturais e desestruturando comunidades e economias, já fragilizadas, pelo poder que o turismo tem de reverter os lugares.

É condição necessária se pensar o turismo no entendimento da sua complexidade considerando as dimensões econômica, ecológica, cultural, social e técnica e que coadune com o que propõe o Plano de Gerenciamento Costeiro em nível nacional e estadual no que se refere ao ordenamento integrado, controlado e voltado ao desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade das zonas costeiras e em nível local para o atendimento às necessidades das populações locais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. M.. **Planejamento turístico regional: participação, parcerias e sustentabilidade**. Maceió: EDUFAL, 2009.

BECKER, B.. **Levantamento e avaliação da Política Federal do Turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: MMA-IBAMA, 1995.

BISSOLI, M. A.. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 2000.

CORIOLOANO, L. N. M. T.. **Espaço, poder e turismo**: novas configurações geográficas. Disponível: http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/luzianeidecoriolano-reestruturacao.htm. Acesso: 12 Fev 2012.

CPRH. Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Diagnóstico sócio-ambiental APA de Guadalupe**. Recife, CPRH: 1998.

DUNCAN, T.; GUERRIER, Y.; ROBERTISON, M.. **Gestão de turismo municipal**: teoria, e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. 2 ed. São Paulo: Futura, 2003.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso: 02 Fev 2012.

LIMA, C. M. F; SELVA, V. F. S.. **Planejamento da expansão da função turística no litoral nordestino e implicações no processo de urbanização**. ENCONTRO NACIONAL DA AMPEGE, 6. Anais. Fortaleza: 2005.

PERNAMBUCO. Secretaria de Turismo; Secretaria de Meio Ambiente. **Estudo de capacidade de carga e operacionalização do turismo das praias do Município de Tamandaré**. Responsável técnica: SELVA, V. S. F.. Recife: CPRH, 2011.

PRODETUR. **Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**. Fortaleza: BNB, 2004.

PRODETUR. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**. Fortaleza: BNB, 2007.

RODRIGUES, A. M.. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A.. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M.. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SELVA, V. S. F.. Le tourisme et la rédefinition de l'espace des comunautés du littoral Nord-Est du Brésil. In: UMBELINO, J.. **Sustainable Tourism**. Lisboa: Centro de Estudos de Geografia e Planejamento Regional da Universidade Nova de Lisboa. 2000. p.259-269. Série Estudos n.3.

SELVA, V. S. F.; COUTINHO, S. F. S.. **Conservação das paisagens para uso turístico: desafios para a gestão ambiental municipal**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10. Anais. João Pessoa: UFPB, 2007.

SELVA, V. S. F.; CORDEIRO, I. D.; BEN, C. C.; PINHO, F.. Ecos do turismo na comunidade de Aver-o-Mar (Sirinhaém, PE): uma reflexão partilhada para o desenvolvimento local sustentável. **Revista de Ciência, Empreendedorismo e Tecnologia**. v.4, n.3, 2007.